

TEXTO DE ATUALIDADES – 1ª AV01 MATEMÁTICA

1ª A 3ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO

Escândalo do Banco Master: o que se sabe e o que falta descobrir

[Banco Master: o que se sabe até agora sobre crise e o que falta descobrir - BBC News Brasil](#)

Leandro Prazeres, Da BBC News Brasil em Brasília.

A Polícia Federal deve retomar nesta terça-feira (27/1) uma série de depoimentos de executivos e dirigentes do [Banco Master](#), controlado pelo empresário Daniel Vorcaro, como parte da operação Compliance Zero, uma investigação sobre supostas fraudes na tentativa de venda da instituição para o Banco de Brasília (BRB).

As suspeitas iniciais são de que o Master, controlado por Vorcaro, teria tentado vender R\$ 12,7 bilhões em carteiras de crédito falsas ao banco público. Até agora, as investigações conduzidas pela PF e por órgãos de

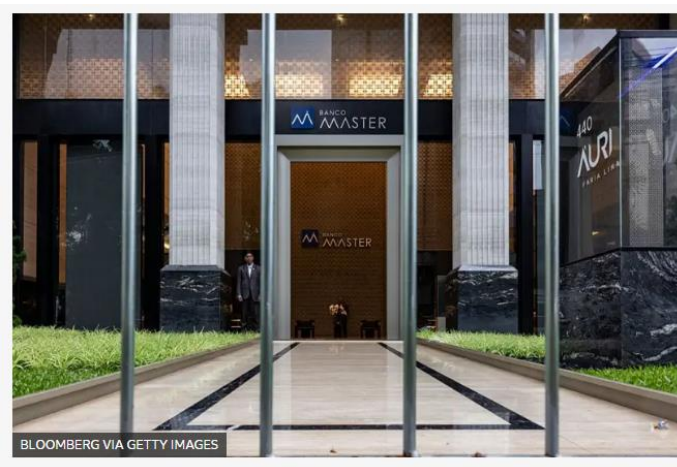
controle como o Banco Central e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) apontam para um esquema de fraudes financeiras bilionárias supostamente liderado por Vorcaro.

Em nota divulgada na semana passada, sua defesa sustentou que Vorcaro é inocente. "Daniel Vorcaro reafirma sua inocência, segue exercendo plenamente seu direito de defesa, colaborando com as autoridades dentro dos limites legais e confiante no esclarecimento dos fatos por meio dos instrumentos regulares do devido processo legal", diz um trecho da nota.

O banqueiro e pessoas ligadas a ele como seu cunhado, Fabiano Zettel, já foram presos (e depois liberados) no âmbito da Operação Compliance Zero, que investiga o caso. A quebra do Master atingiu mais de 1,6 milhão de clientes e pode levar a um rombo de mais de R\$ 47 bilhões ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC), uma associação privada formada por bancos para garantir o pagamento do reembolso por alguns investimentos em caso de quebra da instituição financeira.

Mas a investigação sobre o caso Master não chama atenção apenas pelo aspecto econômico. Vorcaro era conhecido pelo trânsito que mantinha tanto no ambiente político quanto jurídico do país. Por isso, as revelações que podem surgir com o avanço das investigações vêm causando expectativa em Brasília.

Por que o Banco Central liquidou o Banco Master?



O Banco Master e outras quatro empresas do conglomerado comandado por Daniel Vercaro foram liquidados extrajudicialmente pelo Banco Central no dia 18 de novembro de 2025. No mesmo dia, Vercaro foi preso pela Polícia Federal durante a Operação Compliance Zero, quando tentava embarcar em um jatinho para os Emirados Árabes Unidos.

Segundo nota oficial divulgada pelo Banco Central naquele mesmo dia, as empresas do conglomerado comandado por Vercaro foram liquidadas por três motivos principais:

- crise de liquidez;
- violações de normas que regulam o Sistema Financeiro Nacional e;
- comprometimento da situação financeira das empresas.

A crise de liquidez do grupo empresarial de Vercaro era um dos pontos que vinha chamando atenção de autoridades monetárias e analistas do mercado financeiro há mais de um ano. Segundo documentos do caso envolvendo Vercaro aos quais a BBC News Brasil teve acesso, o Banco Master expandiu suas operações entre 2019 e 2024 com base em um modelo de emissão de Certificados de Depósito Bancário (CDBs) pagando taxas de retorno aos seus investidores acima do que normalmente eram praticadas no mercado.

Os CDBs são ativos financeiros negociados por bancos ou corretoras de valores e que podem ser adquiridos tanto por pessoas físicas quanto por empresas. As taxas acima do mercado serviam para atrair mais clientes e para ampliar o volume de recursos entrando no banco. Por outro lado, o Master se viu obrigado a pagar taxas altas por esses recursos.



A garantia do FGC é usada como marketing pelas plataformas de investimento para estimular aportes em títulos muitas vezes arriscados, mas de alto retorno — como os CDBs do Banco Master

A estratégia de crescimento do Master, de acordo com um relatório do Banco Central, passou a enfrentar dificuldades depois que o Banco Master começou a ter problemas para captar recursos com os quais ele deveria pagar os juros dos CDBs que ele emitia.

Para reverter essa situação, ele passou a vender parte dos seus ativos, entre eles, carteiras de crédito consignado, que são empréstimos feitos normalmente a funcionários públicos cujas parcelas são descontadas diretamente na folha de pagamento." As cessões de carteiras foram intensificadas a partir de novembro de 2024, quando ocorreu agravamento

do risco de liquidez, pois o Master passou a não conseguir rolar a totalidade dos vencimentos das captações", diz um trecho do relatório.

Em seu depoimento à Polícia Federal, Vorcaro reconheceu que o Banco Master enfrentou, sim, problemas de liquidez. "Existia uma crise, não era de hoje, mas o Banco Master sempre foi solvente, sempre teve muito mais ativo que passivo e sempre honrou todos os compromissos até o dia 17 de novembro", disse Vorcaro à PF.

Ainda de acordo com o executivo, o modelo de negócio do Banco Master era baseado no funcionamento do FGC. O fundo garante o reembolso de até R\$ 250 mil por investidor (pessoa física ou jurídica) por grupo econômico em caso de liquidação da instituição financeira. "O plano de negócio do Banco Master era 100% baseado no FGC e não havia nada de errado nisso, essa era a regra do jogo", afirmou.

Por que o Will Bank também foi liquidado?

O Will Bank foi liquidado extrajudicialmente pelo Banco Central no dia 21 de janeiro deste ano. O banco era uma das empresas do conglomerado comandado por Daniel Vorcaro. Na nota divulgada pelo BC sobre o episódio, o órgão disse que a liquidação da Will Financeira (nome oficial do Will Bank) ocorreu depois que a instituição passou a descumprir seus pagamentos à plataforma de cartões de crédito Mastercard.

"Assim, tornou-se inevitável a liquidação extrajudicial da Will Financeira, em razão do comprometimento da sua situação econômico-financeira, da sua insolvência e do vínculo evidenciado pelo exercício do poder de controle do Banco Master S.A., já sob liquidação extrajudicial", diz a nota divulgada pelo BC.

Na semana em que a liquidação foi efetuada, clientes do Will Bank relataram que seus cartões do banco com a bandeira Mastercard não estavam funcionando. A nota do BC também disse que o Will Bank não foi liquidado em novembro de 2025, junto com outras empresas do conglomerado do Banco Master, porque o órgão procurou uma "solução que preservasse o funcionamento" da empresa.

O Will Bank foi comprado pelo Banco Master em fevereiro de 2024. A aquisição fez parte da estratégia de ampliação da base de clientes do banco de Vorcaro. Na época, o Will Bank tinha uma base de aproximadamente 6 milhões de clientes e com forte presença na região Nordeste, o que levou o total de clientes atendidos pelo conglomerado de Vorcaro para 10,5 milhões.

Assim como no caso do Banco Master, o BC também decretou a indisponibilidade dos bens dos controladores e ex-administradores do Will Bank.

Qual o tamanho do prejuízo e quem vai pagar?

Ainda não há uma estimativa oficial sobre o tamanho do prejuízo causado pela liquidação das empresas ligadas a Daniel Vorcaro. Isso se deve, em parte, à complexidade das operações realizadas pelo grupo. Mas as estimativas preliminares apontam que, apenas com clientes diretos dos bancos Master, Letsbank e Will Bank, o prejuízo possa chegar a R\$ 47 bilhões. Esse valor é referente ao que será desembolsado pelo FGC aos clientes dos bancos.

Se o valor for confirmado, será o maior caso de quebra de uma instituição financeira brasileira com impacto sobre o FGC, criado em 1995. Desse total, R\$ 39 bilhões deverão ser pagos pelo FGC a clientes do Master e Letsbank e R\$ 6,7 bilhões aos clientes do Will Bank. Pelas regras do fundo, têm direito a ressarcimento os clientes que mantinham depósitos ou investimentos de até R\$ 250 mil por CPF ou CNPJ nessas instituições.

De acordo com nota divulgada pelo FGC na sexta-feira (23/1), o fundo já havia pago R\$ 26 bilhões em garantias a credores do conglomerado Master (exceto os do Will Bank). O rombo causado pela quebra do FGC será coberto pelas contribuições feitas por todos os bancos associados ao fundo. Então, o prejuízo será pago, em parte, tanto por instituições

financeiras privadas quanto pelos cofres públicos. Segundo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, dois dos maiores bancos públicos do Brasil, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, são responsáveis por aportes ao fundo.

"O FGC, que todo mundo considera fundo privado, é capitalizado também por dois bancos públicos. Banco do Brasil e Caixa respondem por um terço da capitalização do FGC. É um assunto de interesse público por várias razões, mas também porque envolve recursos de bancos públicos", disse Haddad no dia 13 de janeiro a jornalistas.

O prejuízo aos cofres públicos, no entanto, pode ser ainda maior à medida que a Polícia Federal investiga investimentos feitos por fundos de previdência vinculados a governos estaduais e municipais em títulos emitidos pelo Banco Master. Na sexta-feira (23/1), a Polícia Federal deflagrou a operação Barco de Papel, que investiga investimentos feitos pela Rioprevidência, instituição que administra o pagamento de pensões a aposentados e pensionistas do governo do Estado do Rio de Janeiro.

Segundo as investigações, a Rioprevidência investiu R\$ 970 milhões em títulos emitidos pelo Banco Master entre novembro de 2023 e julho de 2024. Em tese, esses investimentos deveriam gerar rendimentos à Rioprevidência no longo prazo para ajudar o fundo a pagar pensões e aposentadorias de servidores fluminenses. Essas operações, no entanto, não são cobertas pelo FGC e um eventual prejuízo, segundo o Ministério da Previdência, precisará ser pago pelas instituições e pelos governos municipais e estaduais responsáveis.

A PF quer apurar, agora, se houve irregularidades na escolha dos investimentos pela Rioprevidência. Na semana passada, o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), exonerou o então diretor-presidente da Rioprevidência, Deivis Marcon Antunes, um dos alvos da operação. Em nota publicada quando o Banco Master foi liquidado, a Rioprevidência disse que o pagamento aos seus beneficiários está garantido e que "à época das aplicações, o Banco Master S.A detinha autorização de funcionamento emitida pelo Banco Central do Brasil".

Para a economista e professora da Fundação Getúlio Vargas, Carla Beni, o caso dos fundos de previdência inspira preocupação. "Esse é um caso sério pois, como não há garantia do FGC, acredito que haverá judicialização porque alguém precisa ser responsabilizado pelos investimentos de recursos de servidores públicos nesse tipo de ativo", diz a economista à BBC News Brasil.

O caso do Banco Master é um fato isolado ou existe um problema sistêmico?

A quebra do Banco Master e as investigações sobre como a instituição cresceu aceleradamente nos últimos anos geraram dúvidas entre investidores sobre se o que aconteceu com o Master foi um caso isolado ou se há um problema sistêmico no ambiente financeiro brasileiro.

De acordo com uma ata do Comitê de Estabilidade Financeira do Banco Central divulgada no dia 26 de novembro de 2025, à qual a BBC News Brasil teve acesso, o cenário não indica um risco ampliado sobre o sistema financeiro nacional, em parte, por conta do porte do banco, considerado pequeno.

De acordo com o Banco Central, o conglomerado liderado pelo Banco Master era responsável por 0,57% do ativo total e por 0,55% de todas as captações de recursos do Sistema Financeiro Nacional (SFN). "A liquidação extrajudicial de instituições do Conglomerado Master não traz risco sistêmico (...) Trata-se de conglomerado prudencial bancário, classificado como de crédito diversificado, porte pequeno e enquadrado no segmento S3 da regulação prudencial, tendo como instituição líder o Banco Master S.A", diz um trecho da nota.

O segmento S3, citado pela nota, se refere às instituições financeiras com porte entre 0,1 e 1% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil. Carla Beni, da FGV, também descarta um risco de "contaminação" causado pela quebra do Master. "Risco sistêmico, que é o risco de quebra em cadeia dos bancos, não existe neste caso. Vivemos uma situação

específica. Há uma crítica até válida sobre se o Banco Central demorou para liquidar o Master, mas temos um nível bom de regulação e o sistema financeiro nacional está bastante sólido", afirma.

Segundo a economista, ainda que o risco de "contágio" seja descartado entre os bancos brasileiros, ela disse que é preciso que as autoridades financeiras apertem a fiscalização sobre as chamadas fintechs, empresas de menor porte em comparação aos bancos e que usam tecnologia para inovar o mercado.